

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

EDUCAÇÃO COMO OPORTUNIDADE DE AMPLIAÇÃO DA CONDIÇÃO DE AGENTE E EMPODERAMENTO DA MULHER¹

Dedilhana Lamare Manjabosco Hübner², Daniéli De Almeida Oliveira³, Sirineu José Sicheski⁴, Airton Adelar Mueller⁵.

¹ Pesquisa realizada durante a disciplina de Sociologia do Desenvolvimento do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Unijuí

² Aluna do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Unijuí, bolsista PROSUP/CAPES, dedilhana@gmail.com.

³ Aluna do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Unijuí, danide.oliveira@hotmail.com.

⁴ Aluno do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Unijuí, sirineu.sicheski@iffarroupilha.edu.br.

⁵ Doutor em Sociologia pela Universidade Livre de Berlim (Freie Universität Berlin) (2015). Atualmente realiza estágio pós-doutoral PNPD-CAPES junto ao Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional na Unijuí, airton.mueller@unijui.edu.br.

1. Introdução

Desde o início do século XX, a luta das mulheres pela ampliação de sua cidadania esteve presente na sociedade brasileira (COSTA, 2005). A questão de gênero, apesar de ser um termo recente, surge no meio acadêmico na década de 1970 (Bock, 1991, apud Petersen, 1999), tem sido um tema de grande estudo nas últimas décadas. No Brasil, sua utilização se dá junto ao movimento feminista no final do século XX, o que permite avançar tanto teoricamente quanto na busca por estratégias de luta das mulheres (CAMPOS, 2011). Este movimento consolidou novas forças políticas, abriu novas possibilidades e oportunidades para as mulheres buscarem e alcançarem igualdade social.

No intuito de cada vez mais dar voz ativa às mulheres, as políticas públicas brasileiras, buscando atender as Metas do Milênio, promulgadas pela ONU em 2000 (MEC, 2016), realizam ações para que as mulheres possam assumir seu papel de agentes ativas diante da sociedade, consigam exercer suas escolhas diante das opções que lhe são dadas, e possam ter uma vida digna. Entender a dinâmica construída por estas mulheres quando se colocam diante da possibilidade de transformar a sua realidade e refletir sobre a sua contribuição nas mudanças diárias de suas vidas e das pessoas em seu entorno torna-se fundamental para ampliar o debate sobre os possíveis impactos que algumas políticas podem ter na realização do empoderamento dos indivíduos (ZORZI, 2008). Hoje, a perspectiva de gênero está incluída nas políticas públicas, num claro protagonismo das mulheres na construção de uma sociedade justa, equânime e democrática.

Sendo essa temática relevante tanto para a sociedade como para o meio acadêmico, surge o interesse em verificar como o programa Mulheres Mil, instituído junto ao Pronatec contribui para que as mulheres participantes consigam apresentar uma melhor condição de agente, e possam empoderar-se, buscando uma vida digna para si e para sua família.

2. Metodologia

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica: exploratória e descritiva, desenvolvida como primeira etapa de um estudo realizado junto à disciplina Sociologia do Desenvolvimento do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Unijuí. Os dados foram coletados através de artigos científicos, livros e sites oficiais de órgãos públicos. Buscou-se leis que discutem implementação de políticas públicas para as mulheres.

Neste trabalho apresenta-se dados preliminares do estudo, um breve histórico do Programa Mulheres Mil, sua estrutura funcional e seus objetivos primordiais. Analisou-se a relação entre a oportunidade de escolha ativa da mulher, a disponibilidade de cursos oferecidos à mesma, e a sua ampliação na condição de ser agente responsável pelo desenvolvimento pessoal e familiar. A próxima etapa constituirá em uma pesquisa de campo, onde serão coletados dados empíricos com mulheres participantes do Programa Mulheres Mil na cidade de Santo Augusto/RS e a confirmação ou não do êxito desta ação, através das mudanças que ocorreram na vida de cada uma.

3. Resultados e Discussão

3.1 Desenvolvimento Humano e a Abordagem das Capacidades

Inicialmente o conceito de desenvolvimento estava principalmente relacionado ao crescimento econômico (SIEDENBERG, 2003). Por volta do fim da década de 1960, o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas incluem em sua pauta o desenvolvimento como um processo de mudanças socioeconômicas, tendo as pessoas como atores principais. No linguajar popular, desenvolvimento está baseado em uma ação ou efeito de desenvolver, trata-se de acrescentar ou melhorar algo podendo ser de ordem física, intelectual ou moral.

O Brasil possui o Produto Interno Bruto como parâmetro medidor de desenvolvimento. Este segue a ideia de que os cidadãos se beneficiariam de um aumento na produção agregada do seu país, mesmo não sendo uma medida de renda pessoal. Pois o PIB pode aumentar enquanto a maioria dos cidadãos de um país ficam mais pobres, ou proporcionalmente não tão ricos, pois ele não considera o nível de desigualdade de renda. Contrapondo-se ao PIB, surge a partir da teoria e colaboração de Amartya Sen, o Índice de Desenvolvimento Humano: “a renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano” (PNUD, 2016).

A teoria apresentada por Amartya Sen, sobre a abordagem das capacidades afirma que o desenvolvimento está diretamente relacionado com a liberdade que os indivíduos têm para levar a vida de acordo com a própria vontade, desde que não prejudique outra pessoa. “O exercício da liberdade é mediado por valores, que são influenciados por discussões públicas e interações sociais, que são elas próprias influenciadas pelas liberdades de participação. As liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais” (SEN, 2010).

O avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar três dimensões básicas: renda, saúde e educação. Foi por esta necessidade de pensar o desenvolvimento por outros ângulos que surge o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o qual executa diversos projetos em diferentes áreas, oferecendo aos parceiros apoio técnico, operacional e gerencial, por meio de acesso a metodologias, conhecimentos,

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

consultoria especializada e ampla rede de cooperação técnica internacional. O PNUD traz algumas considerações interessantes sobre o que é desenvolvimento. “O conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades” (PNUD, 2016).

De acordo com o PNUD o desenvolvimento de um país está essencialmente ligado às oportunidades que ele oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania. E isso inclui não apenas a garantia dos direitos sociais básicos, como saúde e educação, como também segurança, liberdade, habitação e cultura. Esse conceito apresentado pelo PNUD é à base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicados anualmente. “Desenvolvimento vai muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do PIB. O desenvolvimento tem de estar relacionado com a melhoria de vida que levamos e das liberdades que desfrutamos” (SEN, 2010).

Amartya Sen discute o desenvolvimento como liberdade e apresenta o ser humano na condição de agente, um alguém que age e ocasiona mudanças. “Compreender o papel da condição de agente é essencial para reconhecer os indivíduos como pessoas responsáveis. Assim nós homens e mulheres temos de assumir a responsabilidade por fazer ou não as coisas. Isso faz a diferença, e precisamos atentar para essa diferença” (SEN, 2010).

Diante dessa necessidade de fazer a diferença e acreditando que educação e trabalho são fundamentais para a construção da dignidade humana, pois contribuem para o aperfeiçoamento de valores morais, fortalecem relações sociais, permitem construção de uma personalidade e possibilitam independência financeira, os próximos capítulos deste resumo discutiram o empoderamento feminino e as políticas públicas para tornar a mulher um agente de mudança social, de um modo como só ela consegue ser, geradora de mudanças no lar, no trabalho, na sociedade e na cultura das pessoas a sua volta.

3.2 Empoderamento da mulher e sua condição de agente

A busca pelo empoderamento da mulher é um assunto atual, presente não só no universo acadêmico, mas sim, junto à mídia e a toda sociedade. A temática referente ao empoderamento se expande à medida que se compreende a mulher como protagonista social na história (MIRANDA, SILVEIRA e HOELTGEBAUM, 2008). A Organização Mundial de Saúde (1998) define empoderamento como: “um processo social, cultural, psicológico ou político através do qual indivíduos e grupos sociais tornam-se capazes de expressar suas necessidades, explicitar suas preocupações, perceber estratégias de envolvimento na tomada de decisões e atuar política, social e culturalmente para satisfazer suas necessidades”.

Mageste, Melo e Ckagnazaroff (2008) propõe pensar no empoderamento em três níveis: o individual, o relacional e o contextual. Estes três níveis são vistos como uma espiral que vai se ampliando, interligada e circundada por relações de poder. A ação de um acaba gerando uma reação de outro. A autora, ainda afirma “o processo de empoderamento pode se iniciar em qualquer uma dessas instâncias, mas só se completa quando consegue permear todas elas”. No nível individual

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

encontramos o nível de tomada de consciência pela mulher de que lhe falta meios para realizar seu potencial por completo e o desejo de mudança.

Conforme Mageste, Melo e Ckagnazaroff (2008), a educação é pré-requisito para o empoderamento das mulheres, constitui-se como um meio importante de emancipação da mulher. Os autores ainda referem-se que as mulheres e meninas não devem ter uma formação escolar de qualidade, comparável à recebida por meninos e homens, para assim, ter acesso à empregos bem-pagos, avanços na carreira, participação, representação no governo e influência política.

Segundo Sen, oferecer às mulheres educação e emprego (de maneira a fortalecer sua autonomia) seria o primeiro passo para aumentar seu poder de voz dentro e fora da família e permitir sua inclusão em um debate que as excluía. Os diferentes aspectos da situação feminina, ou seja, potencial para auferir rendimentos, papel econômico fora da família, alfabetização e instrução, direitos de propriedade, podem, parecer variados e díspares, mas o que eles têm em comum é “a contribuição positiva para fortalecer a voz ativa e a condição de agente das mulheres – por meio da independência e do ganho de poder” (SEN, 2010, p. 223).

A mulher, que apresenta sua condição de agente respeitada e fortalecida, têm a oportunidade de influenciar as decisões familiares nesta direção, ou seja, do bem-estar dos filhos. Barroso (2004) citado por Mageste, Melo e Ckagnazaroff (2008) argumenta que mulheres que apresentam um nível educacional mais alto, geralmente têm melhores habilidades para melhorar sua qualidade de vida e de suas famílias, aproveitando e originando oportunidades.

A autora afirma que os efeitos da educação no empoderamento da mulher se manifestam através da ampliação da potencialidade de geração de renda, liberdade nas decisões pessoais, domínio sobre a própria fertilidade e maior participação na vida pública. Esses efeitos, no entanto, não são automáticos, dependem de circunstâncias específicas, contexto social, nível de desenvolvimento econômico, situação do mercado de trabalho e, do grau de estratificação sexual na cultura predominante.

3.3 Políticas Públicas geradoras de capacidades para a mulher

Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. A universalidade das políticas públicas deve garantir, em sua implementação, o acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais. As mulheres, sendo mais de 52% da população brasileira, são sujeitas e protagonistas tanto de suas próprias vidas como da construção de um Brasil melhor, seja no âmbito econômico, social, político e cultural.

A diminuição da desigualdade reforça a necessidade de políticas específicas dentro do governo federal para a conquista da autonomia econômica das mulheres. Dentro das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres encontramos algumas metas que confirmam a importância da discussão do tema proposto neste artigo, tais como:

- Atender 180 mil mulheres em cursos de profissionalização e elevação de escolaridade em processos e programas distintos e descentralizados (Mulheres Mil);
- Capacitar 100 mil mulheres até 2014 (através do programa Mulheres Mil);
- Ampliar a taxa de formalização das mulheres no mercado de trabalho;
- Estimular a formulação e difusão de dados e indicadores sobre o trabalho das mulheres;

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

As políticas orientam as ações do Estado a fim de combater problemas decorrentes de práticas que inviabilizam o processo de participação social e política democrática e igualitária, de mulheres e homens.

3.4 Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego: Pronatec

Sendo a educação um dos principais eixos norteadores das políticas públicas do governo, conforme o Ministério da Educação - MEC (2016) foi criado em 2011 o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) pelo Governo Federal, através da Lei 12.513/2011. O seu principal objetivo está em expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, ampliando as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada no país. O público-alvo deste programa são os jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda. O Programa Bolsa-família é um programa de transferência de renda, portanto, todas as mulheres que estejam recebendo esse benefício, têm o direito de participar dos cursos promovidos pelo Pronatec através de seus vários parceiros. O Instituto Federal Farroupilha (IF) é um dos parceiros do Pronatec/Bolsa-formação.

3.5 Programa Mulheres Mil

A Portaria nº 1.015, DE 21 de julho de 2011, do Ministério da Educação, instituiu o Programa Nacional Mulheres Mil - Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável – que está inserido no Plano Brasil sem Miséria, fazendo parte de um conjunto de ações que consolidam as políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de risco social.

O Programa possibilita que mulheres moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano, tenham uma formação educacional, profissional e tecnológica, que permita sua elevação de escolaridade, emancipação e acesso ao mundo do trabalho, por meio do estímulo ao empreendedorismo, às formas associativas solidárias e à empregabilidade.

O Mulheres Mil apresenta como objetivo promover a formação profissional e tecnológica de mulheres em situação de vulnerabilidade social, garantindo acesso à educação profissional e à elevação da escolaridade, de acordo com as necessidades de cada comunidade e região. O programa está estruturado em três eixos - educação, cidadania e desenvolvimento sustentável. O mesmo promove a inclusão social e econômica das mulheres, por meio da oferta de formação focada na autonomia e na criação de alternativas para a inserção no mundo do trabalho, através da melhoria do seu potencial, para que as mesmas consigam melhorar a qualidade de suas vidas e de suas famílias.

Os cursos profissionalizantes ofertados às mulheres, através deste programa são de Formação Inicial e Continuada (FIC), com carga horária mínima de 160 horas. Os cursos privilegiam através de uma metodologia específica (metodologia Acesso, Permanência e Êxito) temas como direitos e deveres das mulheres, empreendedorismo, economia solidária, saúde, elevação da autoestima, entre outros. Sua principal preocupação está na promoção da inclusão produtiva, da mobilidade no mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania. Os ofertantes do programa são Instituições Públicas dos Sistemas de Ensino Federal, Estadual e Municipal, entidades privadas Nacionais de Serviço Social e de Aprendizagem e Formação Profissional vinculada ao sistema sindical (Sistema S) e entidades privadas sem fins lucrativos.

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXI Jornada de Pesquisa

4. Conclusão

Resgatando algumas discussões importantes, constata-se que conforme a abordagem das capacidades de Sen (2010), em que a liberdade está em ter possibilidades de escolha, o programa Mulheres Mil encontra-se como uma dessas possibilidades. O fato dos Institutos Federais, neste caso, especificamente o IF Santo Augusto, disponibilizar através do programa Mulheres Mil, a possibilidade de realizar um curso de formação e capacitação, dá a chance às mulheres em situação de vulnerabilidade social melhorar sua condição de agente diante da realidade que lhe está posta. Mas, lembrando que dependerá desta mulher escolher em fazê-lo ou não, sendo responsável por sua escolha.

As políticas estabelecidas neste programa reforçam a importância de se desenvolver ações para a inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho, especialmente em profissões não tradicionais com o objetivo de diminuir a diferença de rendimentos. Soma-se a este o objetivo de aumentar a formalização das mulheres, as carteiras assinadas e conseqüentemente, a garantia de direitos trabalhistas para elas. Buscando a educação, formação profissional, desenvolvimento socioeconômico, inclusão no mercado de trabalho e social destas mulheres, o programa Mulheres Mil também contribuiu para o desenvolvimento do município de Santo Augusto.

Este estudo contribuiu para o meio acadêmico como uma breve fonte de conhecimento sobre o Pronatec e o Programa Mulheres Mil. Resultados de nossa pesquisa de campo serão mensurados e apresentados posteriormente a esta apresentação.

5. Palavras-chave: mulher; condição de agente; educação; políticas públicas; Mulheres Mil.

6. Agradecimento: À CAPES, pela concessão de uma bolsa de estudos PROSUP.

7. Referências bibliográficas:

BONETI, L. W. Políticas públicas por dentro. Ijuí (RS): Unijuí, 2007.

COSTA, A. A. A. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. MELO, H. P. de. et al (organizadores) Olhares Feministas. Coleção Educação para todos. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009.

MAGESTE, G. S.; MELO, M. C. O. L.; CKAGNAZAROFF, I. B. Empoderamento de mulheres: uma proposta de análise para as organizações. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, V, 2008, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: Anpad, 2008.

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC (2011). Mulheres mil: do sonho à realidade = Thousand women: making dreams come true = Mile femmes: du revê à la réalité. Organização: Stela Rosa – Brasília: Ministério da Educação; 2011.

_____. 2016. Acesso em: 18 jun. 2016.
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12299:programa-mulheres-mil-&catid=267:programa-mulheres-mil-&Itemid=602

_____. 2016. Acesso em: 18 jun. 2016.
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8589-portaria1015-220711-pmm-pdf&category_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192

_____. Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011. Dispõe sobre o Mulheres Mil. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2016.

MIRANDA, C. M. S.; SILVEIRA, A. S.; HOELTGEBAUM, M. Empreendedorismo Feminino: Características das Gestoras em uma Instituição de Ensino Superior. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, V, 2008, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: Anpad, 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Glossary of health promotion terms. Geneva: World Health Organization/Division of Health Promotion, Educations and Communications/Health Education and Health Promotion Unit, 1998.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório de desenvolvimento humano 2007-2008. Disponível em: <www.pnud.org.br/rdh/>. Acesso em: 05 jun. 2016.

PETERSEN, Á. “Discutindo o uso da categoria gênero e as teorias que respaldam estudos de gênero”. ROSO, Adriane; MATTOS, Flora; WERBA, Graziela e STREY, Marlene (Org). Gênero por escrito – Saúde, identidade e trabalho. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

ROMANO, J.O. Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid, 2002.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. Tradução Laura Teixeira Motta. Revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIEDENBERG, D.R. Desenvolvimento: Ambigüidades de um conceito difuso. Cadernos EBAPE.BR. v.4, nº4, dez. 2006.

ZORZI, A. Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao Pronaf Mulher em Ijuí/RS. Dissertação. Porto Alegre: UFRGS, 2008.